

CARTA DE LAGES

No ano em que comemoramos 10 anos da instituição da Rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica, a partir da publicação da Lei nº 11.892, de 29 dezembro de 2008, reunimo-nos, as dirigentes e os dirigentes – reitoras, reitores, pró-reitoras, pró-reitores, diretoras-gerais e diretores-gerais – dos seis institutos da região sul do país, em Lages, durante os dias 19, 20 e 21 de junho, na I Reditec-Sul.

O evento, que constituiu o primeiro encontro regional de dirigentes de Institutos Federais do país, reafirmou o compromisso coletivo da rede e de suas servidoras e servidores com uma nova institucionalidade da educação no país, ancorada: no compromisso com a sociedade que nos circunda e nos constitui, principalmente com as populações em vulnerabilidade social; na atenção à inclusão social e à educação de qualidade – único meio para que se superem as desigualdades históricas que nos assinalam como nação-; na preocupação com o desenvolvimento sustentável do país e articulação com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais; na militância por uma educação que promova a autonomia dos sujeitos, seu empoderamento e participação social, assim como, o desenvolvimento da criticidade e do pensamento reflexivo a partir de práticas inovadoras que tomem o trabalho e a pesquisa como princípios educativos e a articulação entre ensino, pesquisa aplicada, extensão e inovação como baliza para o planejamento dos currículos e das ações educativas.

Reafirmamos também, durante o evento, a despeito da diversidade que nos constitui, a qual é própria dos contextos sociais e geográficos em que nos situamos, a importância do fortalecimento do trabalho em rede e da consolidação desse movimento que nos trouxe até aqui e possibilitou a interiorização da oferta de cursos públicos e gratuitos nos diferentes níveis e modalidades que nos cabe atender.

No âmbito das discussões sobre o contexto atual da rede federal, reafirmamos a necessidade do atendimento às nossas demandas orçamentárias para que se cumpra a Meta 11 do Plano Nacional de Educação (PNE), a qual envolve a ampliação em três vezes do número de matrículas no ensino profissional; a importância da ampliação dos recursos de assistência estudantil para garantir acesso, permanência e êxito, principalmente às e aos estudantes mais vulneráveis; a importância de assumirmos, como seres políticos que somos e para os quais a neutralidade é impossível, uma posição de defesa da rede federal e de aproximação das comunidades em que nos inserimos e nas quais devemos ancorar nossas práticas, de forma a reafirmamos constantemente nossa missão, valores e a essência de nossa atuação e compromisso social. Para tanto, realçamos que é essencial que se cumpra a Meta 20 do PNE em sua integralidade.

No contexto das discussões relativamente à institucionalização da educação a distância, apontamos a relevância do desenvolvimento de ações que promovam: a criação de grupo de trabalho da região sul para alinhar propostas e ações conjuntas no âmbito da EaD; o compartilhamento de materiais para a formação continuada de servidores, projetos pedagógicos de curso e materiais didáticos; a oferta conjunta de cursos EaD; a capacitação de servidores em eventos organizados conjuntamente e ofertas viabilizadas em cooperação; o compartilhamento de discussões, ferramentas digitais e documentos institucionais relativos à institucionalização da EaD, os quais possam colaborar para o fortalecimento e qualificação de práticas de

educação a distância e para o atendimento de novos públicos e de novas demandas sociais.

Por fim, no que tange ao delineamento de ações para permanência e êxito, uma das questões que mais nos inquieta ao refletirmos sobre a nossa atuação, apontamos a necessidade de se organizar um programa interinstitucional que tenha em seu horizonte o desenvolvimento de ações e discussões, as quais envolvam: a organização de um repositório de experiências exitosas a esse respeito; a sistematização de dados sobre evasão e retenção e sua análise; a formação continuada dos servidores para que se compreenda a urgência da discussão e implantação de ações nesse campo, bem como para que se construam conhecimentos que possibilitem a promoção da permanência e do êxito, o desenvolvimento de um olhar sensível para as demandas da comunidade escolar e o diálogo contínuo e constante com essa comunidade, o que envolve o acolhimento, a construção de estratégias qualificadas de atendimento e de ensino e aprendizagem para todas e todos os estudantes, contemplando suas especificidades, e avaliação permanente de práticas, processos e programas.

Ao delinear as ações acima mencionadas, ratificamos o desejo de caminharmos juntos, de trabalharmos de forma articulada e de estabelecermos diálogos que contribuam para que, parafraseando Gramsci, a construção democrática do espaço escolar na qual nos empenhamos consista não apenas na qualificação do sujeito que recebemos como estudante, mas para que esse sujeito assuma o governo de suas escolhas e da sua vida, constituindo-se agente crítico e reflexivo de transformação social.

Lages, 21 de junho de 2018